



MédioTejo

comunidade intermunicipal

7/12
Pite

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO

Ata n.º 02/2023

Data – 13 de dezembro/2023

Início – 21h00

Local – Sede da CIM do Médio Tejo, Tomar

Termo – 00h30

Presenças – Lista Anexa

ATA n.º 02/2023

Ao décimo terceiro dia do mês de dezembro/2023 com início pelas vinte e uma horas, teve lugar, na sede da CIM do Médio Tejo, em Tomar, a segunda reunião ordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Aprovação das atas das reuniões anteriores
2. Período antes da ordem do dia.

Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIM do Médio Tejo;
2. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento para 2024 e respetiva autorização genérica;
3. Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 01/2023
4. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal;
5. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro.

O presidente da mesa referiu haver quórum para dar início à reunião, começando por agradecer a presença dos presidentes de câmara presentes nesta reunião, em particular ao novo presidente da CIM, Manuel Jorge Valamatos.



De seguida fez referência às faltas e respetivas substituições, que se passam a indicar: -----

NOME	SUBSTITUTO
Dominique Gaspar – PPD/PSD (Entroncamento)	Pedro Miguel Faria Gonçalves
Duarte Filipe Batista Matos Marques – PSD de Mação	Sem substituto
Duarte Nuno Cruz Fonseca - PPD/PSD-CDS/PP-MPT-Coligação Cidadãos p/ Alcanena-Concelho c/ Futuro (Alcanena)	António Manuel Mina Duque
Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa – PS de Tomar	Vasco Miguel dos Reis Marques

☺☺

1. Aprovação das atas das reuniões anteriores -----

O presidente deu conta das várias atas que estavam hoje para aprovação, referindo que as mesmas, tal como havia sido acordado já tinham sido remetidas para que os deputados pudessem fazer as suas correções e/ou propostas de alteração antecipadamente. Começou por fazer referência a cada uma delas individualmente: -----

19 de dezembro/2022 – Sem inscrições. O presidente da mesa referiu não votar esta ata, dado que não esteve presente, abstendo-se. Não votaram de igual modo Silvestre Pereira e Pedro Gonçalves. -----

Deliberação – Aprovada por maioria -----

26 de abril/2023 – Inscrição do deputado Paulo Constantino. Referiu que muitas coisas não se percebem na ata, em termos de sentido de frases. Uma delas é a parte da sua intervenção, onde em vez de *estudo* está *tudo*. Referiu ser logo uma diferença enorme. A correção será efetuada. O presidente da mesa voltou a referir e a alertar que quando surgissem estas questões que as indicassem atempadamente à mesa. Os deputados Teresa Sampainho e Mário Balsa, abstiveram-se, dado que estiveram ausentes na última reunião. -----

Deliberação – Aprovada por maioria -----



7
Diter

11 de maio/2023 – Sem inscrições -----

Deliberação – Aprovada por unanimidade -----

19 de julho/2023 – Os deputados Teresa Sampainho, António Ribeiro, Jose Casanova, Mário Balsa, Silvestre Pereira e Ana Vieira, abstiveram-se. -----

Deliberação – Aprovada por maioria -----

☞☞

2. Período antes da ordem do dia -----

O presidente da mesa questionou quem se pretendia inscrever para este ponto. Inscreveram-se os seguintes deputados: -----

João Fernandes, do PSD de Abrantes, que endereçou os seus cumprimentos ao presidente da mesa e demais presentes. Felicitou o novo presidente da CIM, eleito para estas novas funções, que o prestigiam quer na CIM, quer na autarquia de Abrantes. -----

Na sua intervenção começou por indicar que a freguesia das Mouriscas está sem assistência médica há mais de um ano. Uma população pobre, com pouca mobilidade e com idade avançada não tem solução para este problema. Referiu ao presidente que não tinha vindo para esta assembleia centrar a sua intervenção nas Mouriscas. Referiu este ser um problema entre tantos outros na área da saúde na nossa região. Comentou ser inadmissível continuarmos a receber queixas atrás de queixas sobre o serviço de urgências do hospital de Abrantes, levando à acumulação de doentes, deitados em macas espalhadas pelos corredores, dando conta que o próprio tinha passado por isso. -----

É inadmissível que problemas se vão cumulando com as unidades hospitalares da região, em que a dada altura surge um problema, arranja-se uma solução remediada, e posteriormente, poucas semanas ou depois, ou meses depois, isto ressurgir. Como é que é possível, que por exemplo no fim de semana de 7 e 8 de outubro deste ano, não há muito tempo, o Centro Hospitalar do Médio Tejo, tivesse que pedir, face ao fecho da urgência de ginecologia e do bloco de partos do hospital de Abrantes, durante esse fim de semana, as grávidas da área de influência do CHMT que entrassem em trabalho de parto, deveriam ligar para a linha de saúde 24 para saber qual o serviço da região para onde se deveriam dirigir. Verificam-se um acumulado de notícias referentes ao hospital de Tomar, Torres Novas, informando que as urgências estão temporariamente encerradas por falta de profissionais de saúde. Em novembro, estivemos quase a braços com uma greve de enfermeiros relativa à contagem do tempo de serviço. Felizmente, o sindicato



dos enfermeiros portugueses alcançou um acordo com a administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo para as reivindicações apresentadas, tendo desconvocado essa greve que estava agendada para os pretéritos dias 2 e 3 de novembro. Disse que o senhor presidente já reconheceu noutras instâncias que algo vai muito mal na saúde em Portugal. Bem se lembra das últimas intervenções referentes ao fecho da urgência pediátrica do hospital de Torres Novas aos fins de semana, a preocupação que evidenciou e que o fez na comunicação social, bem como na assembleia municipal de Abrantes, bem como muito recentemente nos dias 8, 9, 10 de dezembro da urgência básica do hospital de Tomar, bem como as notícias que nos dizem que estes encerramentos vão continuar até ao final do ano. ----- Por outro lado, disse que os concelhos da região continuam em concorrência ridícula oferecendo incentivos para fixar médicos, uma espécie de leilões da medicina, quando todos sabemos que isto não se resolve com licitações. Neste âmbito questiona o que nestes 8 anos andou o Governo de Portugal a fazer; como foi possível deixar degradar os serviços de saúde a este ponto; e questionou sobre o que a CIM do Médio Tejo tem feito para contrariar isto. Pediu para não lhe responderem que ambas as matérias são de âmbito nacional, e que nada podem fazer. Referiu que as Comunidades Intermunicipais podem insurgir-se, podem requerer reuniões, podem protestar e podem pressionar. A saúde em Portugal está doente. O presidente ainda agora chegou à presidência da CIM do Médio Tejo, questionando sobre quais são os seus planos e o seu caderno de atividades para ajudar a combater esta doença que precisa de ser combatida em Portugal. Terminou a sua intervenção referindo que ficaremos a aguardar as suas explicações. -----

De seguida interveio a deputada do PSD do Sardoal, Joana Ramos, que passamos a descrever: "Gostaria de neste ponto antes da ordem de trabalhos fazer uma reflexão sobre o estado da educação em Portugal e também na nossa região. ----- Já se sabe que mais de metade da classe docente estará reformada dentro de 10 anos e a substituição natural não está a acontecer. A carreira não é atrativa, os cursos estão sem gente que queira dar aulas, as burocracias encravam procedimentos. Há ainda o desgaste da imagem e a desvalorização da profissão. Tudo isto deve preocupar-nos. -----

Nos próximos cinco anos, cerca de 20% dos professores estarão na reforma, nos próximos 10 estima-se que serão 58%, mais de metade da classe. ----- A falta de professores é um problema que se agrava ano após ano e as consequências podem ser complexas. Neste momento, a situação é complicada nas áreas da Grande Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e em alguns sítios do Alentejo. As causas são conhecidas. -----

A não atratividade de uma profissão desgastada e desgastante; pela instabilidade de uma colocação, de um horário, de um vencimento; pelas exigências de resposta a outras atividades que ultrapassam a função docente; pela falta de condições



laborais, distância da residência, falta de apoios financeiros para as deslocações, tudo aquilo que a maioria das profissões têm. -----

Em suma, há um grande desprestígio da profissão. -----

Ser professor é ter muita responsabilidade, muitas obrigações e pouca ou nenhuma valorização. -----

Torna-se urgente, e já vem tarde, uma reflexão política para reforçar esta profissão que deve ser uma profissão central para o século XXI. -----

Tem havido políticas erradas de gestão dos recursos humanos ao longo dos últimos anos, porque há uma desconsideração política dos professores e da sua condição profissional. -----

O aumento da indisciplina escolar, a elevada burocracia e falta de confiança no trabalho docente, onde tudo tem de ser justificado e a quase obrigatoriedade de deixar a família em algum momento são os pontos negros da carreira docente. ----

E eu pergunto: é assim que é suposto tornar a carreira de professor atrativa? é assim que é suposto os professores darem o seu melhor? -----

Permitam-me a seguinte nota pessoal para que esta palavras se materializem na vida real. -----

Estive mais de 20 anos como professora contratada e sem acesso à carreira. Tentei sempre apesar de tudo ser um elemento útil na sociedade envolvendo-me no associativismo, na vida política, no voluntariado, na escrita para a comunicação social, passando por rádio e jornais. -----

Após tantos anos de contratos sucessivos em diferentes escolas, vinculei finalmente aos quadros do ministério da educação. Na escola de Porto Alto, a 140 km de casa. É uma conquista com sabor amargo. -----

Não o arrisquei antes por ter dois filhos pequenos e não ter querido separar a minha família logo no início, como muitos professores fizeram e com muitos custos. Assumi que a minha estabilidade profissional não estava primeiro do que a estabilidade dos meus filhos. -----

Este ano o tempo é uma miragem e sinto-me completamente exausta e roubada da minha liberdade para fazer outras coisas. Só faço viagens, preparo aulas e materiais e teimosamente mantenho um único hobby que me traz sanidade mental. Como a escola pública já não faz há algum tempo. -----

Ao fim de mais de 20 anos de trabalho, com os filhos mais crescidos arrisquei vincular. Faço quatro horas de viagens por dia, comprei um carro velho (cujo IUC felizmente caiu por terra senão era mais uma despesa) para ter na estação de Vila Franca de Xira e me levar a escola. Não sou um caso único. Há centenas e centenas de professores nesta situação que se conformaram. -----

Eu ainda não consegui conformar-me porque no próximo ano, o ministério da educação vai obrigar-me a concorrer a nível nacional. -----

Nunca pensei dizer isto. Mas estou exausta de ser professora nestas condições. Cada ano em sua escola, nova organização, novos procedimentos e novas dinâmicas. -----

A única coisa que me motiva neste momento é o reconhecimento e carinho dos meus alunos e dos pais. Esse felizmente nunca deixou de existir nestes mais de 20 anos de escola pública. Quero deixar uma última nota, em forma de história, para ilustrar esta reflexão. -----

No início deste ano letivo, um aluno do quinto ano veio ter comigo no final da aula perguntou-me com genuíno interesse: “Professora é mesmo verdade que a professora tem de fazer duas horas de caminho para vir para a escola, de carro e de comboio, e mais duas para chegar a casa depois das aulas, ao que eu respondi, sim querido, é verdade. Ele fez um curto silêncio e disse: que vida tão estúpida professora. -----

Uma criança de 10 anos vê claramente o que um conjunto de burocratas do ministério que é suposto zelar pelos seus recursos humanos, pelos seus professores no terreno diariamente, não consegue ver. Sem respeito pelos professores não há milagres numa sociedade que se quer evoluída. Porque sem bons professores, não há médicos, não há advogados, não há enfermeiros, não há mil e uma profissões e não há amor ao conhecimento e aos valores do trabalho, da ética e da solidariedade. Além do currículo formal, é também isto que fazemos diariamente com os filhos de todos. -----

Terminada esta intervenção, usou da palavra a deputada Tereza Sampainho, PPD/PSD-CDS/PP-MPT-Coligação Cidadãos p/ Alcanena-Concelho c/ Futuro (Alcanena), que endereçou cumprimentos a todos. Enquanto professora e presidente da Assembleia Municipal de Alcanena quis deixar uma reflexão no âmbito da educação e na perspetiva do universo dos alunos. Falamos no problema dos professores, sabemos que eles existem, e queríamos acreditar que as opções do Ministério da Educação privilegiavam os alunos. -----

Referiu-se a uma opção que teimosamente o Ministério da Educação e Governo resolveram adotar que são os manuais digitais, que estão comprovadamente ultrapassados e que estão a ser questionados. Modelos estes que foram experimentados em países nórdicos, estão desacreditados e a ser abandonados. Não entende como continuam a ser implementados no nosso país e na nossa região. Refere que estes manuais digitais em nada contribuem para anular as desigualdades, para facilitar as aprendizagens, mas antes pelo contrário. Neste âmbito, o que deixou para ser refletido é o que é que este governo e este ministério com todas as provas que têm vindo a ser dadas, como é o caso dos relatórios PISA que nos dão conta que os alunos estão a aprender menos e pior, como pretendem solucionar este problema. Estamos perante um Governo agonizante, e que não resolve nada, até quando um ministro vai à comunicação social e defende o manual em papel. Não existe coerência. Deixou o assunto à reflexão de cada um, terminando e comentando que se os professores não estão contentes, muito menos contentes ficam, porque também não conseguem ajudar os alunos a resolver os seus problemas. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Rafael Nascimento, do Movimento ALTERNATIVAcom, antes da sua intervenção agradeceu as palavras tocantes da deputada Joana Ramos, e enquanto professor reformado também à deputada Tereza Sampainho pela objetividade com que foram abordados os problemas da educação. -----

Transcreve-se a intervenção: " -----

Senhores Presidentes do Conselho e da Assembleia Intermunicipal, -----
Senhores 1º Secretário Executivo e Secretário Intermunicipal, -----
Senhores Deputados, Funcionários e Jornalistas, -----
Caros Concidãos, -----

Começamos por desejar um bom mandato ao Sr. Presidente e aos Srs. Vice-Presidentes recentemente eleitos para o Conselho Intermunicipal, esperando que sejam bem sucedidos na exigente missão de promover o desenvolvimento dos territórios e da qualidade de vida das populações do Médio Tejo. Porque a sua liderança vai ser decisiva para os resultados a alcançar, gostaríamos de saber como avalia, Sr. Presidente, o desenvolvimento económico da nossa sub-região, sabendo-se que em 2021 (o último ano estatístico disponível) o Médio Tejo tinha apenas mais 2% de empresas e apenas mais 1% de poder de comprado que 5 anos antes, um crescimento inferior ao verificado na Região Centro? E como avalia o desenvolvimento social, sabendo-se que, apesar de ter mais 17% de camas hospitalares e mais 26% de médicos (no SNS), continuava a ter, em relação à Região Centro, metade dos médicos por habitantes, assim como piores taxas de retenção e desistência em níveis críticos de Ensino e uma menor percentagem de população com o ensino superior. -----

Em matéria de Saúde, recordo que, no dia 3 de novembro, o Sr. Presidente mostrou-se "muito preocupado" e não era caso para menos – com o fecho das urgências pediátricas no Médio Tejo aos fins de semana e até final do ano, o que obriga, por exemplo, a que crianças doentes ou acidentadas de Abrantes, Sardoal ou Mação, tenham de viajar largas dezenas de quilómetros até Santarém. Recentemente, soubemos que uma grávida de 17 anos, da Chamusca, viajou mais de 100 km, durante hora e meia, à procura de maternidade, tendo sido enviada de Santarém para Abrantes já em trabalho de parto. E, nos últimos dias, ficámos a saber que o distrito de Santarém ficou no passado fim-de-semana sem uma única Urgência de Ginecologia-Obstetrícia e Bloco de Partos a funcionar, obrigando as grávidas a deslocarem-se, por exemplo, para o Hospital de Caldas da Rainha, também ele altamente congestionado. -----

Perguntamos: Que indignidade é esta? Com que respeito e direitos são cuidadas as nossas populações? É assim que se pretende aumentar –ou evitar que diminua ainda mais –a baixíssima taxa de natalidade dos portugueses? Afirmar-se, Sr. Presidente, que (e cito) "felizmente e comparativamente com o que se tem passado em Lisboa e Vale do Tejo, as coisas até vão andando sem grandes dificuldades no Centro Hospitalar do Médio Tejo", é a melhor forma de contrariar o

Detn



MédioTejo

comunidade intermunicipal

crescente descalabro e de exigir ao poder central que respeite as nossas populações e lhes garanta os devidos cuidados de saúde? Vai o poder central e local continuar, com palavras mansas e doces, a embalar o berço do desespero e da indignação dos cidadãos? Quais foram os resultados da “reunião urgente” que o Sr. Presidente, quando tomou posse em 12 de outubro, disse que ia ter com o Sr. Ministro da Saúde? -----

Ainda em matéria de Saúde, ficámos pasmados com a surpresa manifestada pelo facto de Portugal ser dos países com mais médicos por habitantes. Repare-se: em 17 de janeiro de 2019, senão mesmo antes, já a imprensa dava conta –e repetiu-o vezes sem conta –de que (cito o jornal Eco) “Portugal é o país da União Europeia com maior número de médicos generalistas por 100.000 habitantes: 256, contra 179 na Irlanda (30% menos e segundo lugar no ranking) e 42 na Grécia”. Eu próprio demonstrei aqui, na sessão extraordinária do passado dia 11 de maio, que o SNS nunca teve tantos recursos como os que tem hoje, designadamente no Médio Tejo, e que os principais problemas existentes no SNS dever-se-ão provavelmente a má gestão ou má governança e não a falta de médicos e outros recursos essenciais. Como já afirmámos, só faz sentido construir novas USF e avançar para o modelo de ULS se isso resolver o problema da falta de Médicos de Família e de adequados Cuidados de Saúde Primários e Continuados. Perguntamos: temos essa garantia?

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Deputados, -----
Há cinco anos, mais exatamente no dia 16/11/2018, solicitei à CIMT – na qualidade de simples cidadão, longe de imaginar que seria hoje membro desta Assembleia – informação quantitativa e qualitativa sobre Empreendedorismo no Médio Tejo, designadamente sobre ecossistemas empreendedores e seu dinamismo, incubadoras de empresas, ações envolvendo as escolas e as comunidades, e respetivos resultados obtidos –empresas e emprego criado, investimento realizado, taxas de sobrevivência, etc. Sete meses depois, foi-me enviado um documento designado “Relatório de Caracterização dos Elementos do Ecossistema Empreendedor do Médio Tejo” que pouco mais era do que um diretório de moradas e contactos. -----

Não sei se, entretanto, já está disponível a informação que solicitei, mas precisamos sem dúvida de um estudo diagnóstico e prospetivo rigoroso sobre a estratégia de promoção e apoio ao Empreendedorismo no Médio Tejo, envolvendo todos os municípios na criação de ecossistemas empreendedores ligados às indústrias criativas, tecnológicas e ambientais, os quais fixem e atraiam jovens (e menos jovens) para o interior, à semelhança do que se verificou, por exemplo, no Fundão. Um estudo orientado para os resultados e não apenas para os processos, muito menos para os processos burocráticos, institucionais ou meramente financeiros que, em termos de resultados úteis e verdadeiramente estruturantes, geralmente deixam muito a desejar. Perguntamos: já temos ou vamos ter esse estudo? Quando? -----

Ainda no domínio do Empreendedorismo no Médio Tejo, o Movimento ALTERNATIVA com entende que o Tagusvalley – Parque de Ciência e Tecnologia,



sediado em Abrantes, pode e deve prestar um serviço mais efetivo à sub-região, começando por alargar a sua composição societária e, sem pôr em causa o seu controlo, reduzir a elevada concentração de unidades de participação no Município de Abrantes (que é de 96,41%). Entende, também, que deverá haver uma adequada cooperação e integração das atividades das diversas incubadoras do Médio Tejo, tanto das de base tecnológica, como o Tagusvalley, como das de base tradicional, e que devem ser estimuladas e apoiadas, de forma mais empenhada, as atividades de natureza artesanal e familiar. -----

Finalmente, não podíamos terminar esta intervenção sem questionar o Sr. Presidente sobre a sua iniciativa –na esteira das promovidas por outras entidades, com o mesmo propósito –de candidatar o Rio Tejo a Património UNESCO da Humanidade. Há três anos, o Sr. Presidente afirmou (e cito) que “com entusiasmo e acutilância, chegou a altura de alguém dar o pontapé de saída e eu disponibilizei-me para liderar ou ajudar nesta forte possibilidade, lançando para o Mundo a oportunidade. Levarei este assunto à reunião da CIM Médio Tejo e julgo que é matéria que a comunidade intermunicipal irá olhar com toda a atenção para iniciarmos um conjunto de ações tendo em vista essa forte possibilidade”, tendo dito, em fevereiro de 2021, que “a CIMT já estava a desenvolver procedimentos nesse sentido”. Sr. Presidente, mantém a intenção de candidatar o Rio Tejo a Património UNESCO da Humanidade? Que conjunto de ações foi já iniciado e se pretende vir a realizar? -----

Júlia Amorim, deputada da CDU de Constância, deu as boas vinda ao presidente da CIM, afirmando ser mais um cargo e com trabalho acrescido, mas desejando-lhe votos de bom trabalho em prol da nossa região. O assunto que trouxe hoje tem também a ver com a saúde, preocupação transversal a todo nós, ao país. Referiu não poder deixar de manifestar na Assembleia esta preocupação, comentou que é possível resolver esta situação, assim, haja vontade política, sendo que esta vontade política não é dos autarcas, nem é da comunidade intermunicipal. Na sua perspetiva as autarquias e as comunidades intermunicipais têm a obrigação e o dever de defender o interesse das populações, também nesta matéria, mas reivindicando à administração central em concretamente ao ministério da saúde, bem como ao ministério das finanças que resolva este problema. Por exemplo, nas zonas mais desprotegidas e carenciadas, como é o caso de Mação, é muito simples, pode ser criado um regime de incentivo à fixação nestas áreas. -----

Um outro problema, como o dos médicos, poderia também ser de fácil resolução. Nós temos médicos, não estão é no serviço nacional de saúde. São aliciados para os privados, onde lhe são dadas outras condições quer de atratividade, quer de fixação. Se os salários fossem aumentados, se fosse respeitada a progressão das carreiras, a valorização era outra. -----

Deixou uma questão à CIM do Médio Tejo, respetivamente sobre as Unidades Locais de Saúde dado que se prevê a 1 de janeiro a entrada em funcionamento, tendo em conta a legislação. Sendo que esta mesma legislação prevê que seja

Handwritten signature and initials in blue ink.



proposto um vogal para este cargo pela CIM, questionou quem vai ser, qual o seu papel, que critérios foram aqui tomados, etc. -----

João Moura, do PSD de Ourém saudou o novo presidente e felicitou-o pelas suas novas funções. Deixou uma primeira recomendação, ou seja, quando surgir uma alteração no executivo que os membros desta assembleia possam ter conhecimento do que vai acontecendo não pela comunicação social, como aconteceu. Desejou o maior sucesso para os desígnios que terá em mãos agora neste novo cargo, com todas as suas funções. A grande maioria dos deputados geralmente nesta assembleia vêm fazer um relato das dificuldades, daquilo que é a vivência da nossa comunidade, da comunidade que nós representamos e pela qual somos eleitos e temos uma incumbência, função ou missão de representar aqueles que nos elegem. Contudo, muitas das reivindicações que aqui fazemos não são do nosso foro e/ou competência e muito menos daquilo que é a competência do órgão executivo desta casa. Fazemos, disse, na expectativa e na esperança de que o órgão possa levar além aquilo que são as nossas preocupações e anseios. -----

Neste âmbito deixou alguns desafios e alguns reptos ao Conselho Intermunicipal e alguma expectativa de perceber que hoje mais do que nunca as competências das CIM são reforçadas. Questionou o facto de Sertã e Vila de Rei que já não estão connosco, mas na verdade ainda estão em alguns projetos, como tudo isto funciona e se operacionaliza. Por outro lado, o Médio Tejo em conjunto com a Lezíria do Tejo foram identificadas como uma região para no fundo gerir Fundos Comunitários de uma dimensão diferente, não sendo uma regionalização, mas sim um caminho. Não é uma CCDR, mas poderá ser um princípio. No fundo é uma agregação de uma região maior, de um conjunto vasto de municípios. É importante que quando se diz que esses municípios têm a gestão de fundos financeiros, vão gerir o quê, como, que estratégia têm para os gerir. -----

Confessou o deputado que quando teve uma reunião com o presidente do Conselho Intermunicipal da Lezíria do Tejo, ficou muito preocupado, dado que não viu nada em comum connosco. Deste modo, o que partilhou e depositou total confiança, é a de ser a grande oportunidade que o Médio Tejo tem é de poder fazer um avanço daquilo que é a nossa perspetiva estratégica, dado que esta estratégia nos faz muita falta. Muitos dos nossos municípios, com exceção do Entroncamento se encontram em decréscimo populacional. Informou da importância de devermos poder fazer aqui uma tentativa de inversão desta tendência, sendo que, deixou o desafio de que podem contar muito mais com a bancada do Partido Social Democrata, através de partilhas diversas. -----

Ricardo Carlos, do PSD de Tomar, comentou hoje voltar a insistir num tema, em que não se verificam resultados nem das câmaras municipais no seu conjunto, nem da CIM, referindo-se à saúde na nossa região. Deu conta de que ainda há relativamente pouco tempo, em Tomar houve um acidente que nem tinha ido muito grave para o condutor, mas que até destruiu boa parte de uma casa. O ferido que até nem era grave, andou a passear entre hospitais no Médio Tejo, na Lezíria e

Handwritten signatures and initials in blue ink.

ainda acabou em Lisboa. Comentou que isto o choca, mas que particularmente já não nos choca, que já não é para nós uma surpresa, achando isto parte da normalidade do estado da saúde na nossa região, o que é grave. ----- Temos de continuar a ver isto como inaceitável e temos que lutar aqui, lá fora e em todo o lado, com toda a força que nos for possível para a nossa região e para a saúde na região. Comentou que neste âmbito e no que é público que não lhe parece que se faça muito junto das entidades competentes. Referiu de seguida a questão da ULS, dando que conta que os médicos não têm conhecimento de quem os vai estar a gerir daqui a duas semanas e meia. Volta a referir a passividade com que este assunto é tratado. Uma ULS que vai entrar em funcionamento a 1 de janeiro sem se continuar a saber mais sobre o assunto: quem a vai gerir, que vai fazer parte do Conselho de Administração. Referiu uma USF recentemente criada do seu concelho, informando que quem está à frente dela, não sabe que implicações poderá ter com a implementação desta nova ULS. ----- Usou da palavra, após Ricardo Carlos, o deputado Paulo Constantino, do PS de Vila Nova da Barquinha. A sua intervenção surgiu no sentido de informar que gostava de ter o estudo sobre o Rio Tejo, sobre as infraestruturas, principalmente porque vai haver uma sessão de participação pública do novo pacto verde. Segundo tinha lido na comunicação social no dia anterior a esta reunião, e que será na CIM da Lezíria do Tejo, e que vai juntar efetivamente a tal região estratégica, que se falou já hoje aqui nesta assembleia: Oeste, Lezíria do Tejo, Médio Tejo, bem como a região de Leiria e que efetivamente será para considerar os novos investimentos e que efetivamente são necessários. Esperemos que sejam investimentos que combatam a crise ecológica e climática com que nos debatemos. Precisamos de restauração da natureza, a restauração ecológica, porque só através disso é que podemos melhorar a nossa adaptação às alterações climáticas e acabar com os combustíveis fósseis, permitindo-nos assim ter ganhos de melhor ambiente para o ser humano sobreviver. Disse que, enquanto não compreendermos isto, enquanto estivermos simplesmente a destruir a parte ecológica que temos, se não formos capazes de perceber que temos de recuperar, e evitar que se estrague mais. Estes investimentos deverão vir nesse sentido e não apenas para taparmos o sol quando o calor está quente. Precisamos de equipamentos que tragam benefícios ecológicos às pessoas e à comunidade. Quanto a esta sessão que já está prevista para dia 20, das 09h00 às 18h00, sendo aberta aos cidadãos, poder local, organizações da sociedade civil e empresas. A importância dos cidadãos é fundamental, pois sem esta presença não se consegue fazer nada de uma forma participada que seja aceite, dando com exemplo a importância do envolvimento das pessoas na recolha dos resíduos, basicamente para a reciclagem, que é algo que já se faz há tanto tempo, mas que, em determinados concelhos se andam a perder pessoas que deixam de ter estes comportamentos que permitem melhorar o ambiente. Referiu que este dia, estes horários não são compatíveis para que os cidadãos possam participar, dado que as pessoas estão a trabalhar. Deu ainda

Patr



conta de haverem mais 12 sessões neste âmbito. -----

Terminada esta intervenção, e antes de passar a palavra ao presidente do Conselho Intermunicipal, o presidente da mesa da Assembleia, referiu que a reunião começou ligeiramente atrasada às 21h15. O período antes da ordem do dia apenas tem 45 minutos. Referiu não querer ser rígido, mas que todos devemos tentar cumprir minimamente os tempos, sob pena de tudo se alongar demasiado tempo. O presidente da CIM irá responder a todas as questões de uma só vez. -----

Neste âmbito, o presidente da CIM do Médio Tejo, deu conta da forma como ele trata estas matérias, referindo ser uma pessoa justa e correta, e percebeu todas as preocupações aqui demonstradas. Também deu conta que existem sítios certos para se abordarem os diferentes temas. Responderá sempre de forma leal e correta. Caso por algum motivo não o faça, não quer que seja considerada como uma desconsideração, mas está sempre disponível para responder. Podem colocar as questões por escrito, ou até mesmo que o interpelem em algum momento. Agradeceu a forma como o presidente da mesa tem gerido o organizado todos estes trabalhos nesta Assembleia. Agradeceu de igual modo aos secretários executivos, equipa da CIM, presidentes e vice-presidentes da CIM que hoje aqui o acompanham. -----

Em relação as questões propriamente ditas, informou o deputado João Fernandes que existem sítios próprios para o assunto que hoje aqui abordou; ao deputado João Moura também que comentou que somos 11, mas algumas vezes 13, dando como exemplo que no dia seguinte a esta assembleia iriam ser assinados acordos no âmbito da habitação e com alguns destes municípios (Sertã e Vila de Rei). A Júlia Amorim, informou que amanhã na reunião do Conselho Intermunicipal vai ter lugar a indicação do tal representante para a ULS, que hoje por razões óbvias e por uma questão de respeito não irá referir hoje quem indicam para este nome. Ao deputado Ricardo Carlos, acrescentou que a gestão da ULS será feita pelo CHMT. -

Ao deputado Rafael referiu o CRInove no âmbito do empreendedorismo. À deputada Tereza Sampainho deixou uma palavra, e percebe a preocupação do que foi referido. -----

☞☞

Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIM do Médio Tejo-----

Neste ponto, o presidente da mesa da Assembleia Intermunicipal passou a palavra ao presidente do Conselho Intermunicipal para que pudesse fazer a apresentação deste ponto. -----

Tendo em conta a dinâmica das várias atividades, referiu que iria solicitar, caso

necessário o apoio do 1.º secretário executivo. Começou pelo **Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM do Médio Tejo**, um trabalho desenvolvido por esta CIM, no âmbito da delegação de competências por parte da Autoridade de Gestão do PO Regional do Centro 2020 e no desenvolvimento de projetos intermunicipais: Dotação de Fundo Atual Contratualizado com o Centro 2020: 57.235.589,06€. 43.296.674,83€ dizem respeito às operações alvo da delegação de competências na CIM do Médio Tejo e o diferencial corresponde aos projetos intermunicipais, nomeadamente: -----

- Médio Tejo Online 2020 e Médio Tejo – Desenvolvimento Territorial Estratégico – 1ª Fase (projeto concluído FEDER de 610.057,93€); -----

Médio Tejo Online 2020 e Médio Tejo Desenvolvimento Territorial Estratégico – 2ª Fase; -----

- Rotas e Percursos no Médio Tejo, Rotas e Percursos no Médio Tejo; -----

- Fase 2, PEDIME – 1ª Fase, PEDIME – 2ª Fase, Unidades Móveis de Saúde (projeto concluído FEDER de 293.590,41€). -----

A dotação de Fundo de 42.518.566,43€, alvo de delegação de competências da CIM do Médio Tejo encontra-se distribuída pelas seguintes prioridades de investimento:



Com execução física e financeira até 29/12/2023, encontram-se aprovados 68 projetos municipais (um deles é promovido pela ULS de Castelo Branco – Centro de Saúde da Sertã) – que corresponde a uma dotação de fundo de 32.774.003,91€. No que diz respeito ao SI2E, encontram-se aprovadas 89 candidaturas que correspondem a um Fundo aprovado/reprogramado de 4.721.241,10€ (para apoio a investimentos de micro e pequenas empresas da região e/ou para apoio à criação de postos de trabalho). Por sua vez o Programa de Apoio à Produção Nacional (PAPN), encontram-se aprovadas 78 candidaturas que correspondem a um FEDER aprovado/reprogramado de 5.801.429,82€. -----

Quanto ao **Investimento Territorial Integrado CIM Médio Tejo (ITI CIM Médio Tejo 2030)**, esclareceu que foi submetido no passado dia 03 de outubro (o prazo terminava a 06 de outubro de 2023), a proposta de ITI da CIM Médio Tejo. No decorrer ainda do mês de outubro, a Autoridade de Gestão do PO Regional Centro

7.
Dtr



2030 apresentou uma contraproposta, tendo a CIM Médio Tejo analisado a mesma e remetido, posteriormente as seguintes propostas de tipologias de intervenção e respetiva dotação: -----

OE	TIPOLOGIA DE AÇÃO	Dotação CIM MT (após análise de proposta)
RSO1.2	Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR)	337.500,00 €
	Infraestruturas e equipamentos (de base não tecnológica) de apoio à	
RSO1.3	Competitividade	7.155.076,30 €
RSO1.3	Investimento empresarial produtivo (RSO1.3)	2.517.807,94 €
RSO1.4	Redes e capacitação institucional RIS3	535.714,29 €
RSO2.1	Eficiência energética na AP Regional e Local	10.529.216,59 €
RSO2.1	Eficiência energética na habitação	0 €
RSO2.2	Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável	300.000,00 €
RSO2.4	Proteção civil e gestão integrada de riscos	6.244.178,57 €
RSO2.5	CUA em baixa (sistemas municipais)	15.473.277,40 €
RSO2.6	Gestão de resíduos urbanos: Subinvestimentos em baixa	3.900.857,14 €
RSO2.7	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	11.187.034,88 €
RSO2.8	Mobilidade Sustentável (RSO2.8)	8.689.575,37 €
RSO5.1	Intervenções urbanas	48.365.285,90 €
ESO4.a	Apoios ao emprego (ESO4.1)	- €
ESO4.k	Igualdade de acesso a serviços de educação	6.428.571,43 €
TOTAL		121.664.095,82 €

No âmbito do Fundo de Transição Justa, esclareceu que se encontra a decorrer o Aviso de Concurso para as Não PME's até 29 de dezembro de 2023, apresentarem as suas propostas de investimento, no âmbito: "Investimento empresarial em atividades inovadoras e qualificadas que contribuam para a progressão na cadeia de valor e, por outro lado, operações que conduzam à diversificação, modernização e reconversão económicas, com foco no reforço e expansão de novas indústrias e novos serviços tecnologicamente avançados, dirigidos à transição climática e energética". Ainda neste processo, a CCDRC através de uma candidatura é beneficiária de Assistência Técnica para a execução do seu Plano Territorial para uma Transição Justa (PTTJ), com o apoio de uma empresa de Consultadoria – Guidehouse. Para o efeito, têm sido dinamizadas ações de divulgação e capacitação, com o objetivo de envolver e capacitar as empresas do Médio Tejo, mas também empresas nacionais e internacionais, bem como outros stakeholders relevantes do território a investir na região. -----

Aviso 03/SI/2023 - Foram submetidas 14 candidaturas totalizando um investimento elegível proposto de 134.517.354,83€, correspondendo a um incentivo de 46.147.158,38€. As PME's já foram notificadas, já no decorrer do ano de 2023, da proposta de decisão, tendo sido propostas para aprovação 8 candidaturas no valor total de fundo de 18.500.282,54€. No entanto, ainda não foi celebrado Termo de Aceitação. -----

Informou ainda do que foi dinamizado neste âmbito. -----

Autoridade de Transportes - Contratualização do Serviço Público de Transporte de Passageiros do Médio Tejo: -----



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

29 de junho de 2022: adjudicado o Contrato de Concessão do Transporte Público do Médio Tejo ao concorrente Rodoviária do Tejo S.A., pelo valor global de 36.512.361,00€+IVA, para um período de operação de 8 anos. -----

A 1 de agosto de 2023: iniciou-se a operação dos serviços concessionados, que incluem: o serviço público regular de passageiros, de âmbito municipal, intermunicipal e inter-regional; o serviço de transporte público urbano nas cidades de Abrantes e Tomar; o serviço de transporte escolar especializado no Município de Alcanena e os serviços de transporte público adicionais e/ou ocasionais, a ativar mediante as necessidades. -----

Verificam-se alguns incumprimentos de prazo por parte da Concessionária relativos a deveres de informação, nomeadamente ao nível da transmissão automática da informação operacional do sistema de bilhética e do sistema de apoio à exploração para a CIMT – concedido prazo adicional até 29 de dezembro. Celebrado contrato de prestação de serviços de consultoria técnica especializada com a empresa VCDuarte Lda, para apoio a: -----

- Verificação do cumprimento das obrigações da Concessionária; -----
- Elaborar relatórios periódicos, sobre o cumprimento dos indicadores de desempenho, bem como sobre a execução financeira, técnica e material do Contrato de Concessão;-----
- Acompanhar a realização de inspeções e auditorias; -----
- Análise da conformidade dos reportes de informação apresentados pela Concessionária e apoio na supervisão e fiscalização das atividades da Concessionária. -----

Aprovada Candidatura ao Fundo para o Serviço Público de Transportes para implementação de projeto piloto de informação em tempo real, através de meios digitais e nas paragens de transporte público, para os serviços urbanos. -----

Transporte a Pedido - O serviço de Transporte a Pedido registou em 2023 (até nov.) o total de 38.944 passageiros transportados, dos quais: 27.933 passageiros foram transportados nos serviços concelhios e 11.011 nos circuitos do LINK (ligações entre cidades / sedes de concelho): -----

Passageiros Transportados	2021	2022	2023 (jan-nov)
TaP Concelho	18 219	24 971	27 933
LINK	3990	7 719	11 011
TOTAL	22 209	32 690	38 944

Otimizações de serviços efetuadas em 2023: -----

Revisão dos circuitos da zona norte do concelho de Abrantes; -----

Criação de um novo circuito intermunicipal entre a freguesia de Martinchel e a vila



de Constância; -----
Ajustamento dos horários dos circuitos de Vila Nova da Barquinha; -----
Reestruturação dos circuitos no concelho de Alcanena. -----
Aprovada candidatura ao Fundo para o Serviço Público de Transportes para experiência piloto de nova solução de transporte flexível, com um novo modelo de funcionamento, que permita aumentar o nível de flexibilidade do serviço, suprimindo tempo na antecipação da reserva. -----
Sistema Intermunicipal de Bicicletas para Uso Público no Médio Tejo - Encontram-se a ser finalizados os trabalhos referentes à implementação do sistema, em particular no que se refere às componentes relativas à solução de gestão e de monitorização do sistema. Decorrem junto da E-Redes, os processos relativos aos pedidos de ligação das estações à rede elétrica. -----
PEDIME - Desenvolveu-se, com o apoio de consultoria técnica especializada, um estudo setorial específico na área da educação, envolvendo os seguintes trabalhos:
- Atualização do Diagnóstico Educativo do Médio Tejo; -----
- Dinamização de processo participativo para a definição das orientações estratégicas, com auscultação e envolvimento dos Municípios, Agrupamentos de Escolas, Parceiros do projeto, e outras entidades relevantes para o projeto. Proposta de orientação estratégica para o Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Educativo no Médio Tejo 2023-2027, incluindo: eixos de intervenção; objetivos estratégicos e objetivos operacionais; atividades âncora estruturantes e as linhas orientadoras para monitorização e avaliação do programa. -----
No âmbito do Turismo, e no que concerne à Rota dos Templários – deu conta que o Médio Tejo é atualmente a região-piloto onde a Rota dos Templários está a começar a ser estruturada, sendo objetivo que no médio/longo prazo se possa alargar a outros municípios e tornar-se uma rota de âmbito nacional; informou que foi concluída a execução dos investimentos aprovados na candidatura apoiada pelo Turismo de Portugal, que incluem: Estudos técnicos de estruturação da Rota; Website; Aplicação móvel; Visitas virtuais 360.º; Experiências imersivas em espaços da Rota; Brochuras, passaporte. -----
Outras notas foram dadas, e no que diz respeito aos **Caminhos de Fátima**, estão concluídos os trabalhos de implementação da sinalética (1.ª fase). -----
Projeto HY2 Market - no âmbito de candidatura Hy2Market - ao Programa *Interregional Innovation Investments Instrument* (I3), submetida pela MédioTejo21, na qual a CIM do Médio Tejo é parceira, e tem como objetivo criar uma cadeia de valor de hidrogénio mais madura em toda a Europa. Na sequência da sua aprovação, no passado dia 13 de novembro a CIM do Médio Tejo e a Médio Tejo 21 – Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo promoveram a apresentação de um autocarro, movido a hidrogénio, que circulará pelos onze concelhos da região e que servirá de transporte público regular às populações. Este



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

meio assegurará o transporte de passageiros sobretudo em circuitos urbanos, em onze concelhos do Médio Tejo, percorrendo em média, cerca de 200 km diários, por um período de 8 meses. O posto de abastecimento móvel encontra-se no Estaleiro Municipal de Abrantes, e passados 4 meses transitará para a Central de Camionagem de Tomar. O autocarro tem um consumo estimado de 6 kg de hidrogénio por 100km percorridos. As baterias, os tanques de hidrogénio e a pilha de combustível estão colocados no tejadilho, otimizando o espaço interior. -----

Terminadas as explicações, inscreveram-se os seguintes deputados par usar da palavra, João Fernandes, do PSD de Abrantes. Iniciou a sua intervenção, na sequência do que foi referido pelo colega deputado de bancada, João Moura, que expressaram por parte do PSD, estarem disponíveis para o que for necessário para que a região possa beneficiar de melhores condições. Mais disse que em futuras reuniões que possam surgir, que a CIM pode e deve chamar os deputados. Estão disponíveis para ajudar. Quanto à referência feita sobre o coordenador da nova ULS comentou que de um ponto de vista democrático e de transparência disse que esta assembleia deve de ser integrada e deve conhecer estas matérias. Não pode ser surpreendida a dizer que vamos tratar disto ou daquilo, considera que têm de ser informados antes. Considera que deve ter uma posição de intervenção e de escolha, até porque nesta assembleia está representada uma maior pluralidade democrática. Ainda neste processo deixou a nota de que em futuras decisões destas, a assembleia deve ser ouvida. A atividade da CIM referiu que tem algumas questões que se encontram por responder, a saber: ITI CIM – gostaria de saber, dado que foi apresentada uma contraproposta por parte do Centro 2030, se temos alguma ideia de quando a resposta chegará. Por outro lado, quanto à estratégia integrada do Oeste e Vale do Tejo, lê na atividade que se aguarda a aviso de concurso, questionou também, saber se existe alguma previsão de data. Sobre o hidrogénio verde e na sequencia da disponibilização do autocarro movido a hidrogénio que andar a circular pelos 11 concelho da região, também pediu mais informações, sobre este projeto piloto. -----

Tem lido sobre o assunto e sobre os especialistas nesta matéria, e tem se apercebido que a manutenção do hidrogénio é intensa, custosa, por causa do chamado empolamento por hidrogénio, etc.. Deu como exemplo os relatórios referente ao projeto Brasil – Alemanha para o hidrogénio verde, que é um projeto plataforma germânico brasileiro nesta fonte de energia. Verifica que a principal preocupação é a armazenagem e a distribuição. Da análise que o PSD faz, verifica que estes aspetos não aparecem como relevantes. Neste sentido questionou se estas situações estão a ser analisadas e se são preocupação da CIM. -----

Ricardo Antunes, do PS do Entroncamento, fez também uma intervenção onde



deu as boas vindas a todos os presentes. Deixou uma palavra de reconhecimento à presidente cessante, desejando a maiores venturas ao novo presidente. Posto isto, deixou duas notas importantes quando se falam nas grandes dificuldades que todos nós temos vindo a sentir que foi uma mudança de paradigma para a nossa região e a forma como nos relacionamos com uma região muito próxima, referindo-se a Lisboa e Vale do Tejo, referindo-se ao PART. Uma medida das maiores redutoras assimetrias regionais que tanto aqui vamos querendo combater. Verificou, também com agrado, que no transporte rodoviário houve um incremento no desconto da assinatura de 40% para 50%, fazendo isto também com que aquele eixo que a ferrovia trará naturalmente enquanto transporte do ponto de vista ecológico mais sustentável, mas permite ramificar uma rede chegando a todo o nosso território – programa LINK e transporte a pedido são de igual modo um exemplo de sucesso. -----

Uma outra nota que referiu foi o protocolo de cooperação para os projetos de habitação a custo acessível. Quando falamos das rápidas mudanças que assolam os territórios, nós por estas razões muito fortes à área metropolitana de Lisboa, fomos no fundo, o primeiro muro a ser derrubado num fenómeno que se julgava contido naquela área. Na verdade, é que os preços da habitação em toda a região e com toda a hegemonia que existe neste território acabou por ser um fenómeno transversal. Saudou o Conselho Intermunicipal pelo facto de ter desenrolado este procedimento junto do IHRU, lamentando o que aconteceu no Entroncamento neste âmbito. Quanto ao hidrogénio verde, comentou ser uma estratégia que visa a eficiência energética e não é uma forma de substituição. -----

António Mor, do PS de Abrantes cumprimentou todos os presentes e referiu que a apresentação deste documento permite-nos tomar conhecimento dos trabalhos da CIM, dando nota que é um documento que considera absolutamente louvável. Também agradeceu o facto de na lei apenas se preverem duas assembleias e já terem sido realizadas algumas extraordinárias onde puderam ser discutidos outros temas como a saúde. -----

Referiu o trabalho da anterior presidente, que foi levado a cabo, como por exemplo os passes, o transporte a pedido, bons exemplos que têm sido replicados em outros sítios. Também referiu e comentou, a importância deste executivo poder sempre contar com os membros desta assembleia para poderem dar contributos. -----

O presidente da mesa deixou a nota, informando que está previsto no regimento, que sempre que entenderem e verificarem a necessidade de se efetuar uma reunião extraordinária, a poderão requerer à mesa. -----

Silvestre Pereira, do PS de Alcanena, deu as boas vindas ao novo executivo e reconheceu o trabalho da anterior presidente. -----

A sua intervenção focou-se em dois aspetos, um que tem a ver com a colaboração



e o enriquecimento que pode ter a participação desta variedade grande de competências e de representatividade da população que aqui é mais representativa, e que no seu entender, deveria ser mais aproveitada e utilizada por quem está a tomar as decisões, que tem de se repartir por muitas áreas e atividades. Esclareceu que enquanto membro de uma assembleia intermunicipal tem vindo e faz questão de valorizar as assembleias municipais e intermunicipais. Também deixou como nota, o facto de a lei apenas prever duas reuniões por ano, felicitando o presidente da mesa por já nos ter proporcionado outras extraordinárias, dando aqui a possibilidade de discutir temas tão importantes e necessários. A outra nota e já no âmbito do orçamento comentou que a mobilidade representa 71% do valor do orçamento, acreditando que só poderá trazer melhorias para a população. Tendo em conta este valor disse que este assunto merecia uma melhor divulgação e explicitação às pessoas. Uma reflexão mais aprofundada sobre o tema era muito importante, dado ser inovador e replicado em outros sítios do país. Na área social, também referiu a importância de serem aprofundadas melhor estas matérias, tentarmos perceber melhor as causas. -----

Rafael Nascimento, do Movimento ALTERNATIVAcom, interveio também neste ponto e passo a descrever: "Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Senhores Secretários, relativamente ao Relatório de Atividades da CIMT, gostaríamos de começar por saudar o esforço de coordenação e integração de interesses municipais comuns e de mobilização de novos financiamentos para a sub-região, bem como o empenho municipal e intermunicipal no alargamento da oferta de Habitação, designadamente de habitação a custos acessíveis. Permitam-nos, também, destacar dois projetos referidos no Relatório e que valorizamos especialmente: a parceria com a Centro de Portugal Film Commission e o ART&TUR - Festival Internacional de Cinema de Turismo, e a elaboração de planos de prevenção e controlo da Legionella em 131 edifícios municipais. -----

Gostaríamos, seguidamente, de solicitar as seguintes informações ao Conselho ou ao Secretariado, das quais dependerá o nosso voto relativamente às GOP e Orçamento Intermunicipal: -----

1. Sobre o **Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC)**, que balanço pode já ser feito das denúncias recebidas e respetivo seguimento, e que solução será adotada para a implementação dos **canais de denúncia externos**? -----

2. Na sessão de 26/04/2023, a Sr.ª Presidente do Conselho Intermunicipal afirmou que "Relativamente ao **abate de árvores**, foi criado um grupo de trabalho que está a fazer um documento tipo para os municípios, evitando assim algumas discrepâncias". Podemos saber em que fase está este trabalho, uma vez que o Relatório parece ser omissivo nesta matéria? -----

3. No domínio dos Transportes, em que consiste exatamente o "**Novo modelo de Transporte Flexível no Médio Tejo – Experiência Piloto**"? -----

7/12/23
Distr

Tendo em conta o exigente objetivo **"Educação de Excelência"** (sublinho "Excelência"), quais são em concreto – e com base em evidência científica – as principais causas da **Retenção e Desistência Escolares** no Médio Tejo, sujeitas, obviamente, às particularidades municipais e de cada estabelecimento? As estratégias de intervenção e as medidas referidas neste Relatório da Atividade da CIMT fundamentam-se nesta análise? -----

5. No domínio cultural, os agentes locais, assim como os públicos-alvo, têm sido e continuarão a ser genuína e efetivamente envolvidos e auscultados, ao nível municipal e intermunicipal, nos processos de **diagnóstico, planeamento e decisão cultural no Médio Tejo**, por exemplo nas reflexões e na programação artística do projeto Caminhos, na elaboração da Carta Intermunicipal de Princípios para a Cultura e na Definição da Estratégia de programação cultural em rede 2024-2026?-

6. Finalmente, em relação à definição e execução da **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da sub-região do Médio Tejo para o período de programação comunitária 2021-2027**, gostaríamos de saber como decorreu o processo participativo e como tenciona a CIMT envolver os diversos atores sub-regionais na concretização das seis orientações estratégicas (OE) definidas? -----

A terminar, permitam-nos sublinhar a importância que o Movimento ALTERNATIVA atribui ao **envolvimento e participação individual e coletiva dos cidadãos nas várias etapas dos processos decisórios autárquicos**, direito que deve ser absolutamente garantido e efetivado, a bem da democracia e da cidadania livre e participativa. Infelizmente, parece que isto nem sempre tem acontecido. Por exemplo, realizou-se no passado dia 18 de julho, no Tagusvalley, uma sessão de divulgação do Fundo para a Transição Justa (FTJ) e do Programa Regional Centro 2030, organizada pela CCDR-C, em parceria com a CIMT e o Município de Abrantes. Esta sessão juntou – como refere o Relatório da Atividade da CIMT – representantes de empresas, entidades de interface, municípios e (cito) "outros agentes relevantes que pudessem contribuir para a discussão sobre o desenvolvimento futuro desta sub-região". Por não termos sido convidados, nem sabido do evento, perguntámos à CCDR-C, com conhecimento da CIMT, se considerava ou não que teria sido legítima e útil a nossa participação, assim como a de outras forças políticas da oposição. Até hoje – cinco meses passados – não houve qualquer resposta. Porventura se ignorará o que determina a Constituição e o Estatuto do Direito de Oposição, além de outros normativos legais e ético-democráticos? Obrigada". -----

Terminadas as inscrições neste âmbito, usou da palavra o presidente do Conselho Intermunicipal que deixou alguns esclarecimentos sobre as questões levantadas: ao deputado João Fernandes informou que o processo da ITI vai ser fechado amanhã, sendo um dos pontos da nossa ordem de trabalhos. OVT, em janeiro deu conta que iniciaremos as ações referentes aos avisos e todas as questões para o



JF
Detr

bom desenrolar deste processo. Respondendo a Ricardo Antunes, do PS do Entroncamento referiu que quer o PART, quer a estratégia local de habitação, são dois bons exemplos, independentemente das questões politico partidárias, a favor do desenvolvimento da nossa região. Referiu que estão previstas para o Médio Tejo 1000 habitações tipologias T1, T2 e T3 e um investimento acima de 50 milhões de euros. Ao deputado Silvestre Pereira, e em jeito de brincadeira até comentou que quase ia apresentando o documento da OPO, mas comentou que já o iria fazer e esperava responder às questões referidas. No que diz respeito ao hidrogénio, esclareceu que ainda existem algumas inseguranças por parte das pessoas, percebendo isso. Referiu a viagem que fez a Groningen, na Holanda, onde já se verificam 30 autocarros movidos a hidrogénio a circular, bem como, 120 elétricos. Portanto, isto é possível! Nós estamos a iniciar este processo. Comentou que será o futuro, mas nunca andarão sozinho. Será um "mix", como referiu. -----

Quanto ao deputado Rafael Nascimento, passou a palavra ao 1.º secretário executivo que lhe respondeu. Começou por referir o grupo de trabalho do hidrogénio, composto por diversas entidades, que pretende estimular a cadeia de valor no nosso território, isto é, vai desde a produção, o armazenamento, a distribuição e o consumo. Temos muitas expectativas que muito em breve tenhamos produção de hidrogénio verde no nosso território, num caso por obrigação contratual que é o caso da Endesa em que parte do excedente das suas renováveis vai ser canalizado através da electrólise justamente para uma produção pequena. Quanto ao regulamento geral da corrupção, quer o canal interno, quer o canal externo, tudo está a funcionar dentro da normalidade, sem conhecimento de denúncias à data. No âmbito do grupo de trabalho do ambiente estamos a trabalhar no regulamento do arvoredo urbano, quer a trabalhar no âmbito do inventário em sistemas de informação geográfica de todo esse arvoredo. Transporte a Pedido, a ideia é continuarmos a inovar e não pararmos. Retenção escolar neste momento já está com níveis muito baixos, também esclareceu, sendo neste momento mais difícil diminuir destes valores já baixos. Eventualmente com o apoio de equipas multidisciplinares a analisar casos muito concretos será uma das hipóteses. -----

A cultura e o projeto Caminhos, tem um período de auscultação aos municípios e que depois se reflete em grupos de trabalho ao nível intermunicipal. -----

Quanto às CER, Comunidades de Energia Renovável, o que vamos tentar em termos de metodologia será o de ir ao mercado, fazer um concurso público internacional de forma a que seja o privado a fazer o investimento, em que numa primeira fase temos apenas o benefício dos municípios adquirirem energia um pouco mais barata do que o valor de mercado, ganhando aquele que disponibilizar depois os painéis fotovoltaicos no mais curto espaço de tempo. Não tem expressão financeira, apenas para os estudos técnicos que estão a ser elaborados de forma a

7
Ditr



que possamos experimentar no mercado esta modalidade. Veremos se temos sucesso ou não, este sucesso não é garantido. -----

Este ponto ficou encerrado. -----

Deliberação – os deputados tomaram conhecimento da informação prestada. -----



2. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento para 2024 e respetiva autorização genérica -----

Neste ponto da ordem de trabalhos, o presidente da mesa voltou a passar a palavra ao presidente do Conselho Intermunicipal que iniciou a sua intervenção fazendo um breve resumo do orçamento, tendo sido feito um breve resumo do orçamento para 2024 referentes à receita e despesas correntes e de capital. -----

Receita	13 758 902	100%	Despesa	13 758 902	100%
Corrente	12 344 889	90%	Corrente	12 287 824	89%
Capital	1 414 013	10%	Capital	1 471 078	11%

Mais em pormenor foram detalhados os valores e as percentagens por objetivos estratégicos. No que diz respeito aos valores dos vários projetos, o total é de 11 711 802€. -----

Dado que já tinha sido efetuada uma discrição mais detalhada da atividade da CIM, apresentou o projeto CR Inove – Catalisador Regional de Inovação da Região Centro para a sub-região do Médio Tejo. Referiu tratar-se de um **protocolo de Cooperação**, celebrado a 21.07.2022 para **Criação de Parceria para constituição do CR Inove - Catalisador Regional de Inovação da Região Centro para a Sub-região de Médio Tejo**, entre as seguintes entidades: -----

- ✓ A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro -----
- ✓ A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo -----
- ✓ A Nersant – Associação Empresarial da Região de Santarém -----
- ✓ A TAGUSVALLEY - Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo -----
- ✓ O Instituto Politécnico de Tomar -----
- ✓ O CTIC - Centro Tecnológico das Indústrias do Couro -----
- ✓ O António Jorge Lima da Silva Rosa designado como dinamizador sub-regional -----

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Um outro destaque foi dado, e diz respeito aos Espaços Cowork no Médio Tejo: candidatura aprovada, com audiência prévia, em setembro de 2022, com um investimento elegível e 100% financiado de 127.000€ e assenta na criação de 2 Espaços de Cowork. Os dois espaços de Cowork vão ser localizados estrategicamente nas cidades do Entroncamento e de Tomar e destinam-se a trabalhadores da administração pública (utilização individual) ou organismos da administração pública (utilização coletiva), sem prejuízo de poderem ser cedidas vagas a título ocasional e não recorrente a outros utilizadores, caso existam vagas disponíveis. Assentam no objetivo de promover uma gestão territorial inovadora de escala supramunicipal através da introdução de mecanismos de discriminação positiva que privilegiem o acesso a determinadas pessoas ou entidades. -----

Educação de Excelência – PEDIME Médio Tejo – Fase 3, com destaque para as seguintes ações intermunicipais em curso: -----



Quanto ao Médio Tejo inclusivo, foi referido que se pretende dar resposta aos desafios que se colocam a uma região com uma população cada vez mais envelhecida, que pretende promover a atratividade esvaziada das zonas de baixa densidade e reacender a capacidade de atrair população para os polos urbanos. As preocupações do foro social têm vindo a complexificar-se, sendo notória a necessidade de conjugação de competências entre entidades que já têm vindo a promover operacionalmente a sintonização de intervenções, mas que necessitam formalizar esse vínculo de atuação conjunta e robustecer a oferta integrada de competências em matéria de inclusão e apoio aos novos fenómenos de pobreza. -----

Estratégia Integrada Combate VD e Promoção da Igualdade de Género | Maria III - Estratégia Integrada de Intervenção para a Área da Violência Doméstica e de Género no Médio Tejo e Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica, que permite o apoio a intervenções que visem a consolidação da rede de prevenção e combate à violência doméstica e à violência de género, através do apoio direto e especializado às vítimas, com o

2023
D. L. R.



envolvimento de equipas multidisciplinares que integrem as estruturas de apoio e de atendimento às vítimas, nomeadamente nas valências do apoio psicológico, social e jurídico. Resposta de Apoio Psicológico – RAP, continuidade no Médio Tejo do atendimento, acompanhamento e apoio especializados, nas dimensões psicológica e psicoterapêutica a crianças e jovens vítimas de violência doméstica. -----

Seguiu-se uma elencagem às parcerias internacionais e ações centralizadas da União Europeia do Médio Tejo, a saber: -----

Erasmus + Blue-Greem Exercise for Well-being - Desenvolvimento de atividades de desporto natureza com população sénior e avaliar efeitos no bem-estar físico e psicológico dos participantes. Projeto desenvolvido com parceiros de Malta, Itália e Grécia. -----

Outras parcerias internacionais e ações centralizadas da União Europeia no Médio Tejo - Desenvolvimento de outros projetos financiados por programas e ações centralizados da UE, que venham a ser aprovados em programas como o Erasmus+, CERV, INTERREG, Europa Criativa, LIFE, ou outros. -----Os deputados foram informados que recentemente foram assinados vários acordos – protocolo de cooperação para projetos de habitação a custos acessíveis no Médio Tejo entre a CIM o IHRU, assente na construção ou reabilitação, de até cerca de 1.132 habitações, destinadas a arrendamento, no âmbito do Programa de Apoio ao Arrendamento. -----

No âmbito do Turismo, destacou-se o CAMINHOS, programação cultural em rede, numa perspetiva de continuidade do projeto onde se pretende efetuar uma análise mais aprofundada sobre o trabalho já desenvolvido e delinear as linhas estratégicas para a programação cultural em rede/intermunicipal nos próximos anos. Por outro lado, a **estruturação de produtos turísticos integrados de base intermunicipal, alicerçados nos recursos culturais e naturais do Médio Tejo com elevado valor distintivo e de atração**, pretendendo, desta forma, contribuir para o aumento do número de turistas e visitantes e para a afirmação da região como destino turístico de excelência. Para 2025, destacamos: -----





Handwritten initials and signature:
JK
Ditr

Em relação à Gestão integrada de Proteção civil e florestas no Médio, informou-se que se pretende dar continuidade à sustentabilidade do sistema implementado realizando a sua manutenção em articulação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e no âmbito da implementação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) avaliar a pertinência da sua integração, no que respeita aos dados meteorológicos, nas estações da rede do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA). A CIM ainda neste âmbito tem duas brigadas de sapadores florestais, que têm as principais ações: **Silvicultura preventiva**, na vertente da gestão de combustível florestal, com recurso a técnicas manuais, moto manuais, mecânicas ou fogo controlado, entre outras; **Instalação**, manutenção e beneficiação de infraestruturas de defesa da floresta e de apoio à gestão rural; **Sensibilização das populações**; **Vigilância, pré-posicionamento, primeira intervenção e apoio ao combate a incêndios rurais, apoio a operações de rescaldo e vigilância ativa pós –rescaldo**; **Ações de estabilização de emergência** que minimizem os danos resultantes de processo de erosão, desobstrução de rede viária e linhas de água que reduzem o impacto da perda de solo, promovendo a recuperação do potencial produtivo. -----

Terminadas as explicações, os deputados foram ouvidos começando por Nuno Baptista, deputado do PS de Ourém, veio colocar uma pergunta mais técnica, sobre como é feita a contabilização orçamental do arrendamento acessível, ou seja, se é feita no Médio Tejo, por municípios. -----

Ricardo Carlos, deputado do PSD de Tomar, com algumas questões mais estratégicas e não de pormenor. Como sabemos, referiu que as Comunidades Intermunicipais receberam muitas mais competências, querendo saber se têm chegado de forma sustentada, acompanhadas de financiamento. No fundo quer saber a CIM tem sustentabilidade no futuro, de com tantas competências, e com o mesmo quadro de pessoal, se os projetos podem ser assegurados e com a mesma qualidade. -----

Júlia Amorim deputada da CDU de Constância, solicitou esclarecimentos sobre duas áreas do plano de atividades: PEDIME – monitorização dos indicadores de níveis de sucesso, que dá origem a um novo plano de intervenção no âmbito deste projeto. Quis saber se era uma nova fase a III, ao qual lhe foi respondido que sim de imediato. Considerou e deixou a nota ser uma mais valia as várias áreas de intervenção, em todas as áreas elencadas. -----

Referiu as dificuldades nas escolas. Quis saber se no Médio Tejo este diagnóstico está feito, se temos dados concretos. -----

Uma outra questão e que tem a ver com os efeitos da pandemia, questionou se ainda não foram ultrapassados. Um outro aspeto que tem a ver com a imigração e com a dificuldade da língua. Dificuldades para os alunos e para os professores.



7
Dito
Pretende saber se estão estas questões salvaguardadas. -----
Gostava que lhe fosse dito sobre o que está a ser feito em termos concretos e a ser aplicado nas escolas. Sobre a habitação, quer saber se estas casas previstas reabilitar se têm a ver só com o primeiro direito. -----

António Mor, do PS de Abrantes, referiu um trabalho que não está a ser considerado, na saúde: a demência e a deficiência, alertando para estes problemas. -----

Terminadas as intervenções e não havendo mais inscrições, coube ao presidente da CIM, deixar algumas notas finais sobre esta ponto: -----

Ao deputado Nuno Batista do PSD de Ourém, esclareceu que no âmbito da habitação cada município tem a sua contabilidade sendo que a CIM funciona como um pivot entre as câmaras e o IHRU. Ao Deputado Ricardo Carlos, respondeu que é uma realidade, a CIM tem cada vez mais responsabilidades e percebe que com a mesma equipa tudo continuamos a fazer. Isto leva-o a dizer aquilo que sempre soube, que a nossa equipa é de facto muito competente. Vamos ver o que nos reserva o futuro, temos de ser resilientes. -----

À deputada Júlia Amorim, referiu que o PEDIME fase III, é mais um processo para continuarmos a resolver estas questões ligadas à educação. -----

Na habitação, queremos fixar jovens. -----

Deliberação – Aprovado por unanimidade -----



3. **Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 01/2023** -----

O presidente do Conselho Intermunicipal comentou que se verificou a existência de alguns desvios face ao inicialmente previsto/estimado. -----

Relativamente ao projeto Afirmção Territorial do Médio Tejo ajustaram-se os valores tendo em conta as reprogramações de candidaturas aprovadas, nomeadamente, das Rotas e Percursos, dos Produtos Turísticos Integrados e da Rota dos Templários. -----

No projeto Educação de Excelência no Médio Tejo, nomeadamente ao PEDIME, em 2023 deu-se continuidade a algumas atividades intermunicipais de maior relevância, aguardando-se ainda a publicação do aviso de candidatura para cofinanciamento das despesas do projeto, pelo que não se iniciaram novas atividades, procedendo-se ao ajuste dos valores de investimento do projeto. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

No projeto Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo, ajustaram-se os valores, essencialmente, em virtude do contrato de Concessão do Serviço Público Transporte Passageiros apenas ter o seu início no início de agosto. -----

No âmbito da Adaptação às Alterações Climáticas no Médio Tejo, a CIM do Médio Tejo encontra-se a desenvolver junto dos municípios a articulação de estratégias para a realização do inventário referente ao arvoredo urbano (cadastro), bem como para a constituição de base de dados com elementos arbóreos classificados acessíveis ao público, contendo uma listagem recomendada de espécies arbóreas e arbustivas adaptadas ou suscetíveis de adaptação às condições climáticas específicas do respetivo território. Contudo, a sua execução sofreu algum atraso tendo em conta a resposta dos municípios e a respetiva harmonização das áreas a considerar, bem como o fecho das especificações técnicas a constar do caderno de encargos. -----

No que respeita ao projeto Deteção e Combate Vespa Velutina, damos nota que o procedimento decorrente de concurso público terminou com o término do contrato, tendo-se efetuado o estorno do valor não executado correspondente aos ninhos que não foram exterminados. -----

Outro projeto que contribuiu para estes desvios, foi RESIST, uma vez que o projeto decorrerá durante 5 anos, tendo-se verificado que algumas das atividades previstas, ainda não foram iniciadas ou o valor previsto para 2023 não foi todo realizado. -----

É de referir, igualmente, e transversal a grande parte dos projetos, que estes desvios se devem à própria execução de candidaturas aprovadas cujos valores de adjudicação, resultantes de procedimentos de contratação pública, numa ótica de economia de escala, ficaram abaixo dos valores inicialmente previstos e/ou aprovados. -----

Deliberação – Aprovado por unanimidade -----

☐☐

4. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal -----

O presidente da CIM comentou tratar-se de um documento que por via do decorre da lei, tem de ser apresentado a todos, dando assim a informação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal. -----

Deliberação – Os deputados tomaram conhecimento da presente informação prestada. -----

☐☐

5. **Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro** -----

Não foram efetuadas intervenções.

☐☐

O Presidente da Mesa Assembleia Intermunicipal da CIM do Médio Tejo



(José Manuel Paulo Trincão Marques)

A Técnica Superior



(Rita Silva Vaz Neto Homem da Trindade)